

ENTRE SILÊNCIOS E RESISTÊNCIAS: DISCRIMINAÇÃO RACIAL E RESPOSTAS AO TRATAMENTO INJUSTO NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Maria Gabrielle Firmo Magalhães¹
Ana Beatriz dos Santos Costa²
Heliandra Linhares Aragão³
Luana da Silva Cunha⁴
Eliany Nazaré Oliveira⁵

1. Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral, Ceará. Brasil. Apresentador(a).
2. Enfermeira, Mestranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) Enfermeira. Sobral, Ceará. Brasil.
3. Assistente social, Doutoranda em Saúde da Família (RENASF/UVA). Sobral, Ceará. Brasil.
4. Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA Sobral, Ceará. Brasil. Sobral, Ceará. Brasil.
5. Enfermeira, Docente no Curso de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

INTRODUÇÃO: A discriminação racial constitui-se como um fenômeno histórico, estrutural e persistente na sociedade brasileira, estando diretamente relacionada às desigualdades sociais, educacionais e em saúde que afetam a população negra. O racismo estrutural, conforme discutido por Almeida, organiza-se como um sistema de opressão que atravessa instituições e práticas sociais, influenciando o acesso a direitos e oportunidades. No contexto do ensino superior, embora políticas de ação afirmativa tenham ampliado o ingresso de estudantes pretos e pardos, persistem barreiras relacionadas à permanência, ao pertencimento e à vivência acadêmica, evidenciando a continuidade das desigualdades raciais^{2,3}. As experiências de discriminação racial no ambiente universitário configuram-se como importantes determinantes sociais da saúde, impactando significativamente a saúde mental dos estudantes. Estudos indicam que a exposição contínua ao racismo está associada a sofrimento psíquico, incluindo ansiedade, depressão e sentimentos de inadequação⁴. Além disso, tais experiências influenciam diretamente as estratégias de enfrentamento adotadas pelos indivíduos, podendo variar entre respostas ativas de resistência e processos de internalização do sofrimento. No cenário brasileiro, a construção histórica do racismo, marcada por processos como a escravidão e o colonialismo, contribuiu para a consolidação de hierarquias sociais racializadas, que ainda se reproduzem nas instituições contemporâneas³. Nesse sentido, compreender as experiências de discriminação racial no ensino superior exige uma análise que considere tanto os aspectos estruturais quanto os subjetivos, incluindo as percepções de injustiça e as respostas individuais a essas situações. A Escala de Experiências de Discriminação Racial constitui um importante instrumento para mensurar essas vivências, permitindo avaliar dimensões como preocupação com injustiças raciais e respostas ao tratamento injusto. Tais dimensões são fundamentais para compreender como o racismo é percebido e enfrentado no cotidiano universitário. Diante desse

contexto, este estudo busca analisar as experiências de discriminação racial entre estudantes universitários do Ceará, com ênfase nas preocupações com injustiças raciais e nas respostas ao tratamento injusto, contribuindo para o fortalecimento de práticas de cuidado, promoção da equidade racial e construção de políticas institucionais mais inclusivas. **OBJETIVO:** Analisar as experiências de discriminação racial e a preocupação com o tratamento injusto, bem como as formas de resposta a essas experiências entre estudantes universitários do Ceará. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo, de delineamento transversal, recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada “Discriminação Racial e Saúde Mental nas Universidades”, financiada pela FUNCAP. A amostra foi composta por 829 estudantes universitários matriculados em cinco instituições de ensino superior do estado do Ceará, incluindo universidades públicas e privadas. A coleta de dados ocorreu entre setembro e dezembro de 2023, por meio de abordagem híbrida (virtual e presencial), utilizando questionário sociodemográfico e a Escala de Experiências de Discriminação Racial. Esse instrumento avalia vivências discriminatórias relacionadas à raça ou cor da pele, contemplando dimensões como tratamento injusto e preocupação com injustiças raciais. Para este estudo, foram selecionadas duas dimensões analíticas centrais: a preocupação com injustiças raciais e as respostas ao tratamento injusto. A dimensão “preocupação” foi estruturada a partir de três eixos: percepção de injustiças direcionadas ao grupo racial durante a infância; percepção dessas injustiças no último ano; e preocupação com experiências pessoais. As respostas foram organizadas em escala de frequência, permitindo análise da intensidade dessas percepções. A dimensão “resposta ao tratamento injusto” foi organizada em dois eixos: comportamental (enfrentamento ativo ou aceitação passiva) e emocional (externalização ou internalização das experiências). A análise dos dados foi conduzida por meio de estatística descritiva, com cálculo de frequências absolutas e relativas, permitindo caracterizar a distribuição das respostas relacionadas à preocupação com discriminação racial e às formas de reação ao tratamento injusto. Para investigar associações entre variáveis categóricas, especialmente entre as respostas ao tratamento injusto e o gênero, foram aplicados os testes Qui-quadrado de Pearson e Exato de Fisher, conforme a adequação dos pressupostos estatísticos. O teste Qui-quadrado foi utilizado nos casos em que as frequências esperadas foram suficientes para garantir a validade da análise, enquanto o teste Exato de Fisher foi empregado em situações com pequenas frequências amostrais, assegurando maior precisão inferencial. Adotou-se nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (parecer nº 6.279.258), garantindo o cumprimento dos princípios éticos na condução da pesquisa. **RESULTADOS:** Os resultados evidenciam elevada prevalência de experiências de discriminação racial entre os estudantes, com 68,8% relatando já terem se sentido inferiorizados devido à cor da pele. Tal achado reforça a presença do racismo no cotidiano universitário e evidencia seu impacto direto na vivência acadêmica, contribuindo para a construção de trajetórias marcadas por desigualdades e vulnerabilidades. No que se refere à dimensão da preocupação com injustiças raciais, observou-se que essa percepção está presente desde a infância e adolescência, indicando que o racismo é experimentado ou reconhecido precocemente. Ao considerar a preocupação direcionada ao grupo racial, identifica-se que uma parcela significativa dos estudantes relata níveis constantes ou frequentes dessa preocupação, revelando a internalização de um contexto social marcado por desigualdades raciais. No período recente, correspondente ao último ano, essa preocupação não apenas se mantém, mas apresenta indícios de intensificação, evidenciando que o ambiente universitário não elimina as experiências de discriminação, podendo, inclusive, ampliar a percepção das injustiças raciais. Esse achado sugere que o ingresso no ensino superior, embora represente avanço no acesso, não garante equidade nas experiências vivenciadas. Ao analisar a dimensão individual, observa-se que a preocupação com experiências pessoais de tratamento injusto apresenta variações importantes, sendo menos expressiva quando comparada à dimensão coletiva. Esse resultado indica que os estudantes tendem a reconhecer o racismo mais facilmente como um fenômeno social do que como uma experiência individual direta, o que pode estar relacionado a processos de naturalização da discriminação ou a mecanismos de proteção psíquica frente a situações de sofrimento. No que diz respeito às respostas ao tratamento injusto, os dados revelam predominância de estratégias ativas de enfrentamento, com a maioria dos estudantes relatando atitudes de reação diante das situações discriminatórias. Esse comportamento pode ser

interpretado como expressão de resistência e maior conscientização racial. Contudo, também se identificou uma parcela significativa que adota respostas passivas, como aceitar ou silenciar diante das injustiças, evidenciando a coexistência de diferentes formas de enfrentamento e a presença de limites estruturais e subjetivos nesse processo. A análise por gênero revelou associação estatisticamente significativa ($p=0,013$), indicando diferenças importantes nas formas de resposta ao tratamento injusto. As mulheres demonstraram maior tendência a verbalizar e compartilhar experiências discriminatórias, o que pode favorecer a construção de redes de apoio e estratégias coletivas de enfrentamento. Por outro lado, homens e pessoas não binárias apresentaram maior propensão à internalização dessas experiências, expressa pelo comportamento de “guardar para si” as situações vivenciadas, o que pode aumentar a vulnerabilidade ao sofrimento psíquico. Esses resultados dialogam com a literatura, que aponta a influência de fatores socioculturais e de gênero nas formas de enfrentamento do racismo⁵. Além disso, outras variáveis sociodemográficas também se mostraram associadas às experiências de discriminação racial. A faixa etária apresentou associação significativa com as estratégias de enfrentamento, evidenciando que estudantes mais jovens tendem a respostas mais passivas, enquanto estudantes mais velhos demonstram maior capacidade de enfrentamento ativo, possivelmente relacionada à maturidade emocional e à construção de maior consciência crítica ao longo da vida. A variável raça/cor também influenciou de forma relevante os resultados, sendo observado que estudantes pretos e pardos relataram maior preocupação com injustiças raciais desde a infância, corroborando estudos que apontam maior exposição histórica e contínua dessa população ao racismo estrutural¹. Esse achado reforça a centralidade da raça como marcador social determinante das experiências de discriminação. A renda familiar destacou-se como fator importante, evidenciando que estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica apresentam maior sensibilidade às injustiças raciais. Tal resultado reforça a interseção entre desigualdade social e racial, demonstrando que o racismo se articula a outras formas de exclusão social. Da mesma forma, estudantes beneficiários de políticas de assistência estudantil apresentaram maior percepção das desigualdades raciais, sugerindo que a vivência de vulnerabilidade contribui para o desenvolvimento de maior consciência sobre as injustiças estruturais. De forma integrada, os achados evidenciam que a discriminação racial no contexto universitário não se limita a episódios isolados, mas constitui uma experiência contínua, multifacetada e atravessada por diferentes marcadores sociais, impactando diretamente as formas de percepção, enfrentamento e a saúde mental dos estudantes. **CONCLUSÃO:** Os resultados evidenciam que a discriminação racial permanece como uma experiência significativa na vida de estudantes universitários, manifestando-se de forma contínua desde a infância até o contexto acadêmico. A preocupação com injustiças raciais, especialmente na dimensão coletiva, reforça a compreensão do racismo como fenômeno estrutural, enquanto as diferenças nas respostas ao tratamento injusto evidenciam desigualdades nas formas de enfrentamento. A predominância de estratégias ativas indica avanços na conscientização e resistência, contudo, a presença de respostas passivas e processos de internalização aponta para vulnerabilidades que podem impactar negativamente a saúde mental. Diante disso, destaca-se a necessidade de fortalecimento de políticas institucionais voltadas à equidade racial, bem como a implementação de estratégias de cuidado em saúde mental que considerem as especificidades das experiências de discriminação. A universidade deve assumir papel central na promoção de ambientes inclusivos, antirracistas e acolhedores, contribuindo para a redução das desigualdades e para a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS:

- 1.Almeida SL. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen; 2019.
- 2.Paixão M, Carvalho MG. Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil – 2019. Rio de Janeiro: Garamond; 2019 [citado 12 de maio de 2025]. Disponível em: https://ipeafc.org.br/relatorio_desigualdades.
- 3.Santos REN. A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território. Cad Prudentino Geogr. 2020;4(42):200-24.

4. Williams DR, Mohammed SA. Racism and health I: pathways and scientific evidence. *Am Behav Sci*. 2013;57(8):1152-73.

5. Silva VC, Silva WS. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. *Rev Educ Espec*. 2018;31(62):569-85. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28710>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DESCRITORES: Discriminação racial; Estudantes universitários; Saúde mental.

EIXO TEMÁTICO: 3.Prática social, cuidado e impactos na saúde da população.